



**PETRÓPOLIS: lembrança de uma tragédia causada pelas chuvas**

*Ambientalistas e governo discutem o modelo ambiental*

# RISCOS AMBIEN

**Márcia Pimenta**

**A** questão dos riscos ambientais urbanos vem sendo discutida em todo Brasil devido a sua importância não só no panorama ambiental como também no econômico. A industrialização que começou a se desenvolver nas décadas de 50 e 60 não tinha qualquer preocupação ambiental. A partir dos anos 70, em plena época do milagre econômico entendeu-se que era necessária uma política mais eficiente no controle da poluição ambiental, buscando a harmonia de usos.

O Rio de Janeiro foi pioneiro nessa atitude criando mecanismos de controle

ambiental como o zoneamento e o licenciamento para atividades potencialmente poluidoras. As preocupações iniciais diziam respeito à água e ao ar, em seguida à ocupação do solo. Veio então a lei de impactos ambientais, a preocupação com a destinação dos resíduos sólidos e atualmente a grande preocupação diz respeito às contaminações por empreendimentos, ou passivos ambientais.

O grande problema da atualidade diz respeito às empresas desativadas, que pedem falência e não dão um destino aos seus resíduos. A lei da falência não contempla a questão do passivo ambiental, deixando o Estado com um problema que, para ser

solucionado exige além de tecnologia muito dinheiro. Um bom exemplo disso é a empresa Ingá em Itaguai. Para quem não sabe, a Ingá era uma empresa que produzia lingotes de zinco. Retirava o minério em Minas Gerais e processava em Itaguai para extrair o zinco. Ela tinha essa concessão desde os anos 60, e suas atividades, tanto de extração como de processamento, eram altamente agressivas ao meio ambiente. A empresa faliu deixando para trás uma montanha de resíduos químicos a céu aberto, verdadeira bomba-relógio. Uma questão de tempo para causar um impacto negativo de grandes proporções na natureza. Sem falar na contaminação silenciosa do solo e

brasileiro e apontam para a fragilidade das políticas públicas

# TAIS URBANOS

da água que vem ocorrendo há anos.

Acidentes pressupõem que a ocorrência seja inevitável ou imprevisível. Quando o pior acontecer poderemos denominar o acontecimento um acidente? Apesar da luta do Ministério Público para conseguir que os responsáveis remedeiem a situação, a batalha vem se arrastando. Enquanto isso, a natureza aguarda seu veredicto.

Para discutir assuntos como estes, a Câmara de Cultura, com o patrocínio da Petrobrás e o apoio do Jornal do Commercio realizou o seminário "Riscos Ambientais Urbanos", tanto no Rio como em Brasília. Os trabalhos foram abertos pelo vice-governador Luis Paulo Conde, o líder do Partido

Verde, José Sarney Filho; a presidente da Feema, Isaura Fraga; Marco Vidal representando o gerente Executivo do Ibama; o presidente do Crea-RJ, Reinaldo Barros; o subsecretário de Educação do RJ, o deputado estadual Alessandro Calazans; a presidente da Câmara de Cultura Regina Lima e Genilson Gonzaga do Jornal do Commercio.

A presidente da Feema, Isaura Fraga alertou para a questão dos passivos ambientais e ressaltou um outro risco relevante, a estocagem de produtos químicos no entorno da Baía de Guanabara. Os grandes acidentes são capazes de mobilizar a sociedade para a questão ambiental e punir com austeridade os

poluidores, mas o que dizer dos vazamentos contínuos que ano após ano contaminam silenciosamente o solo e a água? Para tentar solucionar esse problema antigo está em discussão um projeto de lei que visa minimizar os estragos do ecossistema no entorno da Baía.

Luis Paulo Conde aumentou a lista de riscos que cercam esse cartão postal citando mais exemplos como os depósitos de óleo nas ilhas da Baía ou os paióis de armamento do Exército no seu entorno.

Uma outra preocupação diz respeito aos depósitos de gás que fazem a distribuição domiciliar. O gás encanado, mais seguro em sua distribuição faz parte de uma pequena

## ALERTA

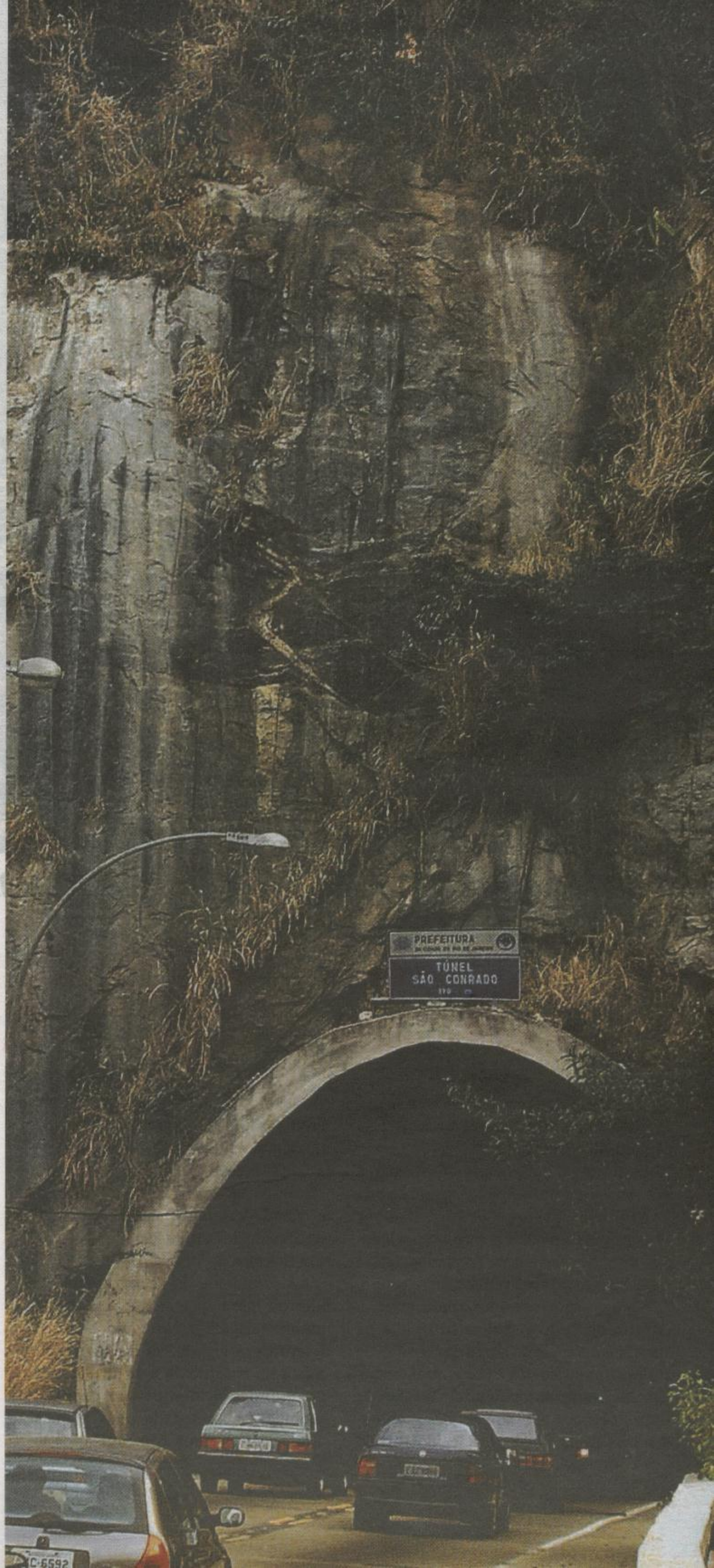
parcela de domicílios cariocas. Não bastassem os riscos causados pela intervenção antrópica, ainda temos que lidar com os desastres naturais.

**TRAGÉDIAS ANUNCIADAS** - José Henrique Cortez, ambientalista e coordenador de programas socioambientais da Câmara de Cultura, chamou a atenção para a eterna incapacidade de nossas autoridades em agir preventivamente, deixando a população exposta a tragédias perfeitamente evitáveis em áreas de risco já identificadas. A ocupação irracional do solo, o adensamento populacional, a falta de planejamento urbano e a impermeabilização do solo são apontadas como as principais causas dessas tragédias que tiram a vida de milhares de brasileiros.

Em 2003, os deslizamentos de terra causados pelas chuvas em Angra dos Reis e Belo Horizonte deixaram mais pessoas desabrigadas do que a guerra na Bósnia. Para Cortez, a criação de um programa de gerenciamento de riscos, um trabalho junto aos moradores das áreas de risco, informando-os sobre os riscos a que estão expostos, e uma integração maior entre os órgãos envolvidos na tomada de decisões, poderiam contribuir imensamente para a redução do número de vítimas. Além disso os órgãos responsáveis pelo atendimento de emergência como a Defesa Civil, o Corpo de Bombeiros e a Feema estão mal equipados trabalhando aquém das necessidades.

A população pobre constitui a classe social mais vulnerável aos acidentes ambientais, pois suas condições de pobreza contribuem para o aumento do número de vítimas. Oitenta por cento da população brasileira concentra-se nos grandes centros, contribuindo para o crescimento das favelas que favorecem a degradação das encostas e margens de rios e as deixa vulneráveis a deslizamentos, enchentes e outros acidentes. Desastres comprometem o orçamento público que tem que direcionar suas verbas para sanar problemas de curto prazo, em detrimento das políticas de longo prazo. Os mais pobres também são os mais vitimizados nos acidentes causados por atividades industriais, pois 2/3 da população mundial localizam-se nos países em desenvolvimento. Essas cidades são as que mais contribuem com o desenvolvimento mundial.

**SEGURO AMBIENTAL** - José Sarney Filho apresentou números surpreendentes:





*"As riquezas retiradas da natureza, geradoras de lucros astronômicos superam muito o investimento em informação"*

**Vilmar Berna**

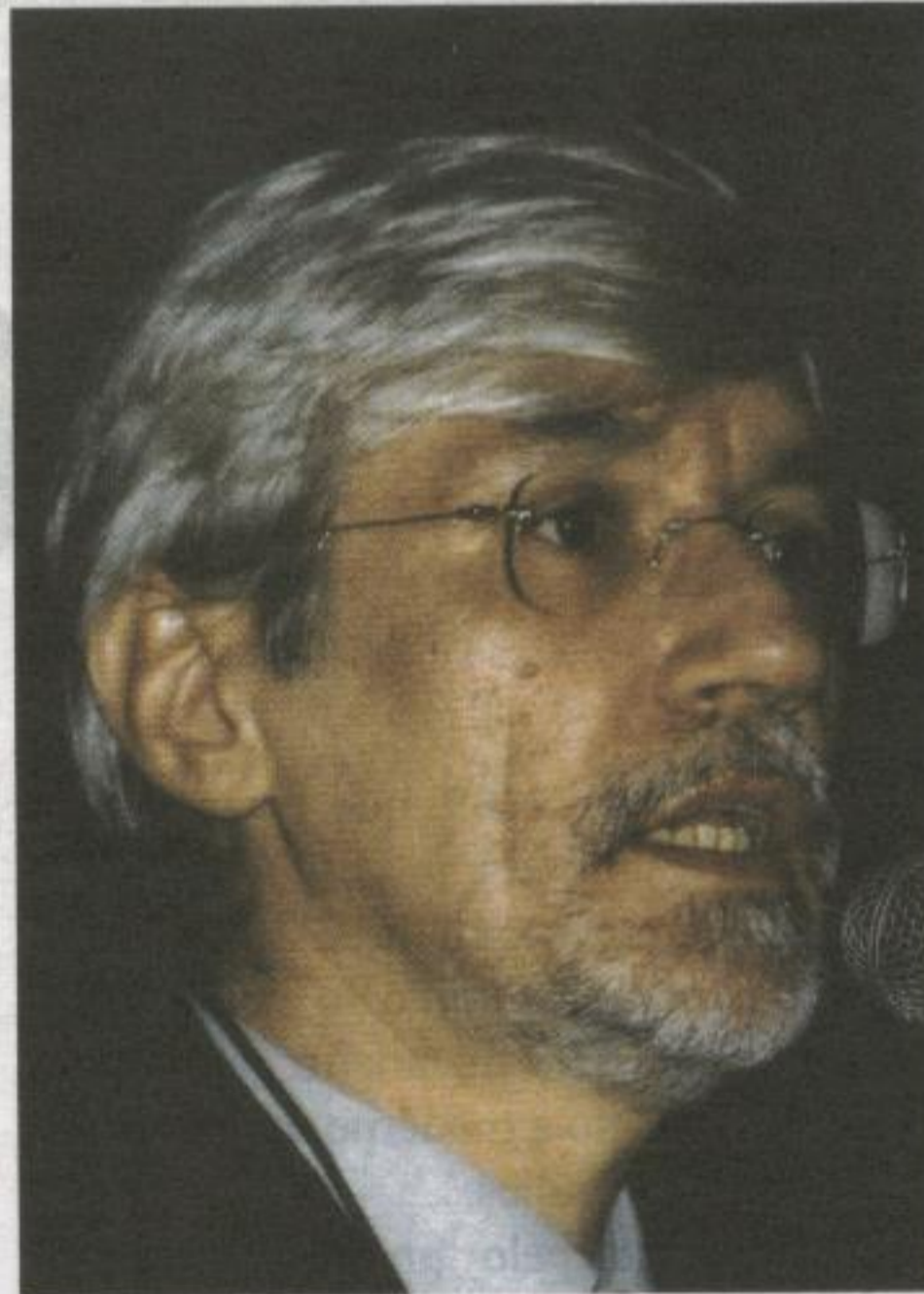
Segundo pesquisas, as perdas econômicas com desastres de causas antrópicas e naturais foram oito vezes maiores entre 1986 e 1995. De 1990 a 1999 os grandes desastres naturais somaram um prejuízo na ordem de US\$ 80 bilhões. No Brasil esses acidentes subtraem US\$ 700 milhões por ano de nossa economia.

Para o deputado, além das leis já existentes, a política ambiental precisa avançar mais no sentido de desenvolver mecanismos eficientes para proteger o meio ambiente. A área tributária recebeu várias propostas de emenda para incentivar a preservação, entre elas compensação financeira para o empreendedor que proteger o meio ambiente para o benefício da comunidade, é o princípio do protetor receptor, seguindo os mesmos passos do poluidor e usuário pagador. As propostas prevêm ainda um ICMS ambiental, dando um valor aos recursos ambientais, que não podem mais ser tratados como recursos inesgotáveis.

O ex-ministro do Meio Ambiente acredita que a proposta de um seguro ambiental pode ser uma boa solução porque prevê indenização no caso de desastres, exercendo inclusive fiscalização para a não reincidência da empresa segurada. Essa proposta porém é polêmica porque envolve uma questão subjetiva que é a valoração ambiental. Quanto custa uma árvore, um peixe, uma ave ou um ecossistema? Como se vê ainda há muito que se discutir.

**O PAPEL DA MÍDIA** - Apesar de a questão ambiental ser uma preocupação de toda a humanidade, a falta de informação sobre os acontecimentos e suas repercussões, a ignorância a respeito da existência de leis que tratam o meio ambiente como responsabilidade de todos e uma confiança desmedida nas tecnologias para salvação de nosso planeta fazem dos cidadãos planetários meros espectadores quando deveriam ser agentes na cobrança de atitudes mais responsáveis por parte de nossos governantes e empresários.

A mídia ambiental brasileira procura ocupar essa lacuna, informando para transformar. Para Vilmar Berna, editor do Jornal do Meio Ambiente e presidente do Instituto Brasileiro de Voluntários, vários editores só continuam trabalhando por que amam suas atividades, pois são cada vez mais escassos os investimentos em forma de publicidade e patrocínio. Nesse ritmo, a mídia ambiental tende a desaparecer, dei-



*"Em 2003, os deslizamentos de terra causados pelas chuvas em Angra dos Reis e Belo Horizonte deixaram mais pessoas desabrigadas do que a guerra na Bósnia"*

**José Henrique Cortez**



*"De 1990 a 1999 os grandes desastres naturais somaram um prejuízo na ordem de US\$ 80 bilhões. No Brasil esses acidentes subtraem US\$ 700 milhões por ano de nossa economia"*

**José Sarney Filho**

xando de contribuir através da informação para uma maior conscientização e conseqüente mobilização da sociedade. Hoje o número de exemplares das edições dirigidas para a área ambiental não chega a um milhão, num país de 160 milhões de habitantes.

Outra dificuldade levantada por Berna reside na capacitação de voluntários. O acidente ocorrido na Baía de Guanabara em janeiro de 2000, mobilizou vários cidadãos que responderam ao chamado para atuarem como voluntários para salvar espécimes da fauna daquele ecossistema. Apesar da boa vontade a falta de capacitação e desconhecimento de procedimentos de emergência restringiu o sucesso da empreitada".

Berna sentencia: "A falta de recursos para a mídia ambiental confirma a falta de empenho em educar e informar, impedindo o conhecimento, fator imprescindível para promover a mudança de mentalidade com vistas a pressionar nossos políticos a criarem políticas mais eficientes e sustentáveis. As riquezas retiradas da natureza, geradoras de lucros astronômicos superam muito o investimento em informação. É imprescindível que haja a contrapartida, caso contrário estaremos todos condenados a padecer em um planeta doente, vítima da ganância e ignorância sem limites". ■